

**CRÉDITO, AGRONEGÓCIO E DESESTRUTURAÇÃO DA HETEROGENEIDADE  
PRODUTIVA NO CERRADO PIAUIENSE:  
UMA ANÁLISE DE URUÇUÍ-PI**

**Francisco Eduardo de Oliveira Cunha**

Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas (DECON) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará (UFPA)  
E-mail: eduoliveira@ufpi.edu.br

**Harley Silva**

Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA)  
E-mail: harleysilva@ufpa.br

**RESUMO**

A expansão do capital no cerrado piauiense sob a manifestação da estruturação produtiva imposta via agronegócio, tem concorrido para a desestruturação da heterogeneidade e da diversidade econômica da região. Diante disso, o objetivo principal deste trabalho é analisar o recente processo de territorialização do capital no cerrado piauiense e sua dinâmica de transformação das relações socioprodutivas na região com ênfase no papel do crédito rural. Para tanto, utilizar-se-á de dados específicos do município de Uruçuí, em virtude de seu desempenho de destaque na monocultura da soja. Como resultado, o trabalho expõe indícios empíricos desse processo de desestruturação do cerrado piauiense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crédito Rural; Agronegócio; Soja; Heterogeneidade Produtiva; Cerrado Piauiense.

**ÁREA TEMÁTICA:** 1. ECONOMIA

**FINANCIAMENTO E APOIO:** Estudo desenvolvido com apoio do Grupo de Pesquisa PROCAD Economia e Cultura dos Comuns (PROCAD AM UFNT UFMG UFPA Projeto Número 1710/2018), com apoio específico do pesquisador Gabriel Pisa, na obtenção e tratamento de dados utilizados no estudo.

## INTRODUÇÃO

Segundo o IBGE (2019a), o bioma cerrado brasileiro é o segundo maior do país ocupando 23,3% (cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados) do território nacional, sendo o único a estar presente em todas as regiões. Conforme CEPRO (2014), o cerrado piauiense enquanto bioma representa 11,2 milhões de hectares (cerca de 46% do solo piauiense), onde 70% se situam na região sudoeste e parte do extremo sul do estado, integrante da região denominada MATOPIBA<sup>1</sup>.

No Piauí, o recente processo de (re)ocupação e uso das terras do bioma cerrado se inicia na década de 1970 sob a especulação fundiária como uma fase prévia à inserção na dinâmica global de produção de grãos em larga escala que ocorrera na década de 1990, com a chegada de produtores oriundos da região Centro-Sul do Brasil. Com efeito, o cerrado do sudoeste piauiense se tornou, nos últimos anos, um centro de atração de produtores rurais e investidores nacionais e estrangeiros, tornando a região com papel protagonista no desempenho econômico piauiense recente.

Entretanto, o desenvolvimento agrícola, leia-se, sua modernização, não é resultado de um processo natural de evolução do sistema produtivo (MONTEIRO, 2002). Diferente da retórica dominante, o investidor não desbravou o cerrado piauiense com interesses altruístas de desenvolver “terras alheias”, mas para reproduzir capital, e de forma ampliada. Com efeito, para que este se deslocasse de seu antigo reduto de reprodução e acumulação, teve que ser atraído via políticas de incentivo fiscal e sobretudo, sobretudo com disponibilidade de crédito.

Diante do exposto, defendemos que a recente territorialização do capital na região do cerrado do sudoeste piauiense, sob a manifestação da estruturação produtiva imposta principalmente via agronegócio com a expansão do crédito e da soja, tem concorrido para a desestruturação (em curso) da heterogeneidade e da diversidade econômica experimentada pela região e pelos sujeitos que nela vivem, construída e estabelecida, historicamente.

O presente trabalho traz como objetivo principal a análise do recente processo de territorialização do capital no cerrado piauiense (de 1970 a 2020), bem como a dinâmica de transformação das relações socioprodutivas na região, com ênfase no papel do crédito rural enquanto viabilizador do processo em curso. Para tanto, utilizar-se-á da análise específica do município de Uruçuí, em virtude de seu desempenho de destaque nessa transformação para a monocultura da soja.

Dessa forma, o trabalho está estruturado em mais 4 seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 1 discutiremos teoricamente a hipótese da heterogeneidade econômica em áreas rurais; na seção 2 adentra-se numa breve discussão acerca do papel do crédito enquanto elemento homogeneizante dos espaços produtivos; na seção 3 tratamos especificamente do processo de instituição do crédito rural no cerrado piauiense para, enfim, na seção 4, apresentar uma análise empírica desse processo homogeneizante e ao mesmo tempo, desestruturador da diversidade produtiva anteriormente experimentada na região de Uruçuí-PI.

## 1. HETEROGENEIDADE ECONÔMICA EM ÁREAS RURAIS BRASILEIRAS

As áreas rurais brasileiras, sobretudo a partir da última metade do século passado, têm experimentado de forma intensa a expansão de uma lógica produtiva forjada no sistema de oferta-demanda-preço, que tem corroborado para um processo de homogeneização das relações socioprodutivas. Com efeito, a lógica do mercado vai se

---

<sup>1</sup> MATOPIBA é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a fronteira agrícola se expandiu a partir do final do século passado.

instituindo em tais regiões a partir de uma retórica de “evolução natural” ou “progresso espontâneo”.

No entanto, a economia não se confunde e nem se limita a mercado. Estudos históricos e antropológicos evidenciam que as relações econômicas estão submersas em relações sociais, logo, a ideia de que o interesse individual (e a lógica do lucro) seja hegemônico não se sustenta empiricamente (POLANYI, 2000; 2012). Conforme Polanyi (2012), a busca e a construção de condições materiais de subsistência jamais foram atos individuais, ou seja, ao longo da história, os seres humanos a fim de garantirem a sobrevivência em grupos, necessitaram enraizar práticas cotidianas para serem repetidas (via mecanismos institucionais) com o propósito de se distanciarem de incertezas, instabilidades e descontinuidades.

Dessa forma, Polanyi (2012) apresenta as relações socioprodutivas como um fenômeno heterogêneo, que se expressam sobre distintas *formas de integração econômica* (FIE), manifestadas em princípios de comportamento tais como a *domesticidade* (POLANYI, 2000), *reciprocidade*, *redistribuição* e a *troca* (POLANYI, 2012, p. 83). A fim de que tais mecanismos funcionem, tornam-se necessárias a presença de estruturas institucionais bem definidas, quase sejam: *autarquia*, *simetria*, *centralidade* e *mercado*, respectivamente; e que estas se organizam e se validam na esfera social, ou seja, reiterando o caráter coletivo destas estruturas econômicas.

Polanyi explica que a *domesticidade* “consiste na produção para o uso próprio”. Seu equivalente institucional, a *autarquia*, está relacionada a possibilidade de a família decidir, de forma autônoma, como realizar distribuição de bens e serviços para seus membros. A *reciprocidade* pressupõe grupos com subdivisões dentro de uma ideia de *simetria*, cujos membros pudessem identificar uns aos outros como tais, estabelecendo relações de mutualidade (POLANYI, 2012). Ainda conforme Polanyi (2000), a reciprocidade estaria vinculada a organizações sociais da sociedade com predomínio do parentesco que garantiriam a sobrevivência em grupo. A *redistribuição* é apresentada como uma relação que se estabelece a todos aqueles que tem uma chefia em comum, tendo assim um caráter territorial. A questão central se identifica na prática da concentração substancial da produção a ser gerida por uma autoridade central (chefe), que armazena (ou coleta) e redistribui conforme os costumes, as leis ou por decisão central (POLANYI, 2012). Dentro de uma perspectiva econômica, é a essência do funcionamento de uma sociedade fundada na divisão do trabalho e para que tal princípio se efetive, torna-se essencial o padrão institucional da *centralidade*.

A *troca* como quarto princípio de comportamento, seria “um movimento bidirecional de bens entre pessoas” a fim de obter o máximo proveito. Polanyi destaca que, “pechinchar e regatear” são essenciais nessa prática e que não resultam de uma “fraqueza humana”, mas de um padrão comportamental logicamente exigido e reproduzido pelo mecanismo institucional de *mercado* (POLANYI, 2012, p. 91). A predominância do mercado e da troca mercantil têm relação direta com a mudança da sociedade feudal, de onde se origina um Estado que implementou alterações substanciais em prol do mercado e da propriedade privada.

Importa destacar que, conforme enfatiza o autor, tais princípios socioeconômicos de forma alguma devem ser restritos a sociedades primitivas, de baixa complexidade ou pequenas comunidades; e que uma economia não-mercantil (na contramão do sistema de lucros), seja necessariamente uma sociedade simples. Polanyi (2000; 2012) evidencia uma vasta manifestação de experiências<sup>2</sup> as quais é possível sustentar a afirmação de que “todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do Feudalismo na Europa

---

<sup>2</sup> Polanyi destaca o circuito Kula, da Malinésia Ocidental, como uma das mais completas transações comerciais da humanidade, baseadas no princípio da reciprocidade; destaca ainda as economias de grande escala dos reinos do Egito, como o de Hammurabi na Babilônia, fundada no princípio da redistribuição; dentre outros.

Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três” (POLANYI, 2000, p. 75).

Sabourin (2009a), em estudos sobre as sociedades camponesas no Brasil, evidencia relações socioprodutivas em que se manifestam práticas e regras que remetam à reciprocidade simétricas e à redistribuição, e não somente à troca mercantil. Tais práticas podem ser observadas principalmente em produção agrícola de natureza familiar, associada à ajuda mútua e ao manejo coletivo de recursos naturais comuns (terras, água, pastos) ou à redistribuição de fatores de produção (sementes, trabalho, saber fazer), na comercialização (mercado de reciprocidade e qualificação dos produtos), na transmissão do patrimônio de uma geração à outra, entre outros (SABOURIN 2009a; 2009b). Ademais, o autor complementa que também se manifestam a permanência de relações de reciprocidade assimétricas como: o acesso à terra e ao trabalho (morador, meeiro, agregado) e a dependência dos políticos e da oligarquia local associada ao clientelismo (SABOURIN 2009b).

Neste sentido, o autor enfatiza a manifestação da heterogeneidade em sociedades modernas, em detrimento da exclusividade e/ou hegemonia do mercado. Tais constatações corroboram para a constatação da “expressão diversificada da natureza heterogênea” da condição camponesa que conduz a diferentes tipos de “modo camponês de fazer agricultura”, observados a partir de características comuns tais como: “uma relação íntima com recursos naturais vivos, mas limitados à intensificação do trabalho e à valorização da ajuda mútua; um distanciamento das regras do mercado e capacidade de autonomia com relação ao capitalismo” (SABOURIN, 2009, p. 32). E conclui que “a lógica da reciprocidade pode constituir um motor da produção – e de uma produção de excedentes – tão poderoso como aquele da lógica da troca para a acumulação do lucro” (SABOURIN 2011, p. 32).

Uma vez assumindo a manifestação da heterogeneidade econômica, importa destacar que a sua transição (ou desestruturação) para formas homogêneas ou padronizantes, não se dá de forma natural ou espontânea. Temple (1997 *apud* SABOURIN, 2011, p. 32), escreve que esse caminho percorrido, ou seja, o apagar histórico da reciprocidade frente ao desenvolvimento do individualismo e do liberalismo, decorre da passagem de uma cultura original, onde a reciprocidade era dominante ou equivalente às lógicas de troca, para uma verdadeira “privatização da dádiva”. Com efeito, tal processo se concretiza a partir de uma imposição de ideias de mercado, que se sobrepõem aos diversos espaços produtivos, sobretudo em regiões entendidas como “atrasadas” (a partir da visão colonialista), desestruturando as históricas experiências das condições de existência destas regiões. Na lógica hegemônica de economia, referidos espaços se apresentam tão somente em condições “pré-mercantis” à espera de desenvolvimento.

Nesse sentido, fica patente que o suposto “desenvolvimento agrícola” das áreas rurais brasileiras não se manifestam como resultado de um processo imanente a estes locais. Para que este ocorra é necessário um arcabouço de instituições que viabilize-os, considerando sua lógica lucrativa. Dessa forma, vários elementos devem estar à disposição do capital para que este se reproduza, sendo os principais apontados como o acesso à terra, o trabalho assalariado disponível e o papel do dinheiro (crédito), sobretudo atuando como viabilizador do processo.

Na seção seguinte, buscaremos enfatizar o papel do dinheiro e sua transformação para dinheiro-crédito, como importante elemento de institucionalização de padrões homogeneizantes em áreas rurais, como se verá a partir de uma investigação empírica sobre o cerrado do sudoeste do estado do Piauí, no município de Uruçuí.

## **2. DINHEIRO, CRÉDITO E HOMOGENEIZAÇÃO**

O dinheiro que adentra aos espaços rurais tem uma finalidade que não se limita a gerar mais dinheiro, mas que se justifica em, transformar-se em capital. Marx (1999, p. 177)

elucida que “todo capital novo, para começar, entra em cena, surge no mercado de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro, sob a forma de dinheiro, que, através de determinados processos, tem de transformar-se em capital”. Com efeito, referido autor desmistifica a ideia de que o capital é dinheiro que quer se transformar em mais dinheiro. Capital é um processo, um movimento. É valor que se valoriza.

É inegável, portanto, o papel do dinheiro enquanto elemento central do processo. Entretanto, este não se limita a uma forma ou finalidade única, uma vez que está intimamente ligado à forma social hegemônica ou à lógica dominante ao qual está inserido. Segundo Polanyi (2012), o dinheiro é anterior ao mercado e não está restrito a um único padrão monetário. O autor escreve que a sociedade arcaica não conhecia o dinheiro “para todos os fins”, logo, “diferentes objetos monetários podiam suprir os diferentes usos do dinheiro”. Ao passo, na sociedade moderna, “o dinheiro empregado como meio de troca é dotado da capacidade de também desempenhar todas as demais funções” (POLANYI, 2012, p. 334).

Dessa forma, Polanyi assume que o dinheiro apresentou ao longo da história pelo menos quatro usos: a) meio de pagamento, que emprega o uso de objetos quantificáveis para o cumprimento de obrigações, sendo o objeto utilizado diretamente no movimento de quitação do devedor para o credor; b) padrão de valor ou unidade de conta, ocorre quando o objeto quantitativo é utilizado para equiparar os valores de tipos diferentes de bens; c) entesouramento, é o objeto utilizado para acumular a riqueza de seu possuidor, portanto, não pode ser perecível; d) meio de troca, utilizando objetos quantificáveis para operar trocas indiretas, ou seja, se obtém unidades da moeda por meio da troca direta, sendo essas unidades utilizadas para adquirir de forma indireta os objetos realmente desejados em outro ato de troca.

Especificamente no capitalismo onde o mercado é a instituição dominante o dinheiro (na forma de papel-moeda) incorpora simultaneamente esses quatro usos, sendo um dinheiro de uso geral – por realizar todas as funções. Entretanto, reitera Polanyi que quando outras formas de integração econômica e instituições assumem a dominância no sistema econômico, como a simetria, a centralidade e a autarquia, logo o sistema monetário ganha em diversidade, pois o dinheiro se acopla a diferentes objetos como moeda e, mais importante, esse dinheiro tem usos específicos, culturalmente instituídos.

Em Marx, a discussão do papel do dinheiro está ligada à sua *Teoria do Valor*. Segundo Marx (1999), no momento histórico em que a forma social capitalista se torna hegemônica, logo, a troca se viabiliza enquanto processo social e por conseguinte o mercado se institui como dominante, “as mercadorias têm de realizar-se como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso” (p. 150). Com efeito, a forma mercadoria-dinheiro (como equivalente geral), cumpre papel fundamental no processo de produção e circulação das mercadorias. Entretanto, com o desenvolvimento de sua investigação sobre o dinheiro, Marx tratará mais profundamente o papel desempenhado por este no processo de reprodução do capital.

No curso de sua exposição, Marx apresenta inicialmente uma dupla função do dinheiro: este como *medida de valor* ou como *meio de circulação*. Entretanto, as tensões e contradições de ambas as funções evidenciarão uma terceira e talvez, mais importante função do dinheiro, que é a de se transformar em capital.

Assumindo o mercado como instituição dominante, Marx (1999, p. 122) escreve que os preços são manifestações “puramente ideal ou mental” que são vinculadas às mercadorias, expressando, portanto, uma crítica ao sistema de precificação mercantil e no papel do dinheiro nesse processo. Neste sentido, Marx afirma que “os valores das mercadorias transformam-se, assim, em diferentes quantidades imaginárias de ouro, portanto em magnitudes de ouro, em grandezas homogêneas, apesar da imensa variedades de formas corpóreas” (p. 124). Com isso, Marx busca evidenciar que o dinheiro enquanto *medida de valor*, serve para converter os valores (que são encarnação social de

trabalho humano) das diferentes mercadorias em preços (quantidade imaginárias de dinheiro). Referida contradição fica explícita quando Marx (1999) provoca que:

“(…) se o preço, ao revelar a magnitude do valor da mercadoria, revela a relação de troca da mercadoria com o dinheiro, não decorre daí necessariamente a recíproca de que o preço, ao revelar a relação de troca da mercadoria com o dinheiro, revele a magnitude do valor da mercadoria” (MARX, 1999, p. 128-129).

Marx busca deixar patente que a magnitude do valor das mercadorias expressa uma relação necessária entre ela e o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, relação esta que se institui no processo de produção e não na esfera de circulação, no mercado.

Acerca da função do dinheiro como *meio de circulação*, Marx evidencia o processo de troca, na necessidade de se equiparar a diversidade de valores de uso (mercadorias) em um equivalente geral que potencialize sua circulação mundial. A partir da famosa exposição das mudanças de forma [*mercadoria (M) – dinheiro (D) – mercadoria (M)*], Marx nos apresenta algumas reflexões sobre o dinheiro, especificamente na função decorrente desse processo de mudança de forma. A primeira delas é com a metamorfose *M – D*, em que se apaga da mercadoria qualquer vestígio de seu valor de uso natural e do trabalho útil particular que lhe deu origem, para se transformar na materialização do trabalho uniforme (D, na forma dinheiro). Uma segunda reflexão é que, no processo de circulação da mercadoria (*M – D – M*) verifica-se uma contradição importante: a mercadoria uma vez comprada, sendo um valor de uso, sai de circulação, ao passo que o dinheiro não, este permanecesse exercendo seu papel de forma contínua. Ele continua a se movimentar.

Referida percepção de Marx sobre esse papel específico do dinheiro enquanto *meio de circulação*, se desdobra em outras duas funções que são, o surgimento do dinheiro como *meio de pagamento* (conforme descreveu Polanyi), bem como o dinheiro enquanto *crédito*, a qual não nos aprofundaremos em sua origem de forma mais detalhada. No entanto, importar destacar que o dinheiro-crédito é a forma específica para o dinheiro se libertar de sua condição de *dinheiro enquanto dinheiro*, para se aventurar em *dinheiro que quer se transformar em capital*.

Segundo Germer (2001), das funções do dinheiro, especificamente o desenvolvimento do dinheiro de crédito se apresenta como uma necessidade interna do capitalismo, conforme a teoria desenvolvida por Marx. Ademais, é razoável afirmar que o dinheiro de crédito é a forma de circulação hegemônica no capitalismo avançado (GERMER, 1994; 2001).

Germer (2001) escreve que a forma típica do dinheiro de crédito no capitalismo desenvolvido são os depósitos bancários, resultante de um sistema bancário integrado, coordenado por um Banco Central. Embora a ideia do crédito seja, por intermédio de notas bancárias, se apresentarem como títulos comerciais de ampla aceitação para as funções básicas do dinheiro enquanto meio de pagamento e meio de circulação, devemos compreendê-lo enquanto derivação do capital, ou seja, que o sistema de crédito tal como é atualmente, foi instituído pelo desenvolvimento do capitalismo, a partir das relações de crédito comercial e bancário entre capitalistas.

Diante disso, fica patente em Marx que no capitalismo, o dinheiro se apresenta como elemento fundamental para viabilizar tal processo. Com efeito, com a instituição do sistema de crédito e a supremacia da circulação do capital, o crédito comercial se potencializa e determina as relações econômicas, conforme seus interesses de expansão.

### **3. A INSTITUIÇÃO DO DINHEIRO-CRÉDITO NO CERRADO PIAUIENSE**

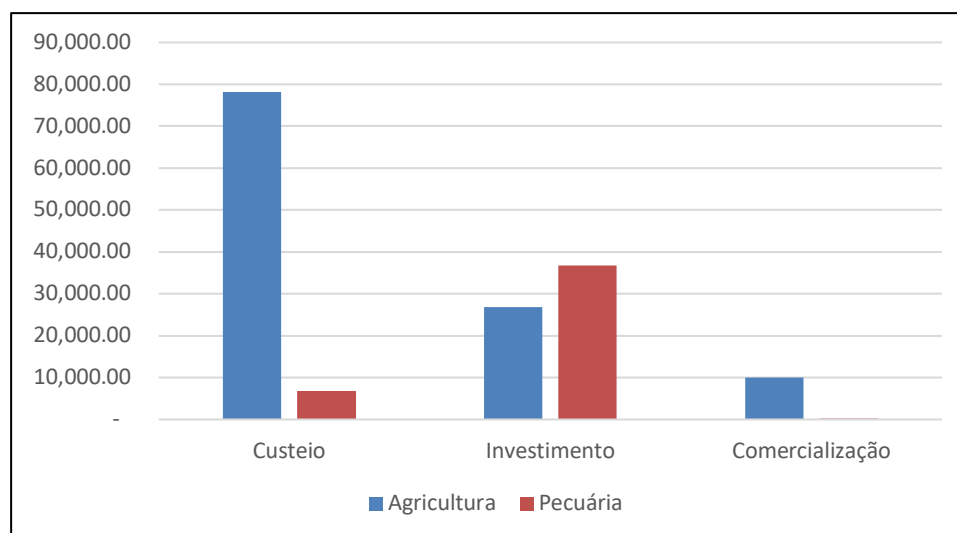
A década de 1960 se apresenta como importante marco histórico, uma vez que em 05 de novembro de 1965, com a sanção da Lei nº 4.829, se instituiu o *Crédito Rural*, que é

um sistema oferta de recursos de financiamento destinado ao segmento rural, a partir de finalidades específicas, tais como: custeio, investimento, comercialização e industrialização. Ademais, o *Crédito Rural* durante 30 anos teve sua gestão vinculada ao Banco do Brasil, por meio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Em 1995, o *Crédito Rural* passou à responsabilidade do Conselho Monetário Nacional (CMN), com a implementação do *Sistema Nacional de Crédito Rural* (SNCR), passando, portanto, à seara do Banco Central, que atua sobretudo no auxílio da tomada de decisão sobre o referido crédito e também na fiscalização das instituições financeiras, com vistas a estarem de acordo com as normas publicadas, pertinentes ao crédito.

O estado do Piauí e sua macrorregião dos cerrados entrou no circuito do crédito rural a partir do final da década de 1960. Conforme Monteiro (2002), ao longo do período de 1969 a 1982 foram contemplados no estado, com crédito rural, apenas as atividades agrícolas (no montante de 72,4% dos recursos) e pecuária (27,6% dos recursos). Para a agricultura, os recursos foram distribuídos principalmente para custeio (68%), investimento (23,3%) e comercialização (8,7%). Já na pecuária predominou o recurso para investimento (83,8%), seguido de custeio (15,7%) e minimamente para comercialização (0,5%), podendo ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Total de Crédito Rural no Piauí, no período de 1969 a 1982\* (em Cruzeiros)



Fonte: Elaboração própria com base em SANTOS (1984)

Nota (\*): No período analisado (1969-1982), não constam dados dos anos de 1973, 1975 e 1978.

A explicação da aplicação dos recursos segundo as finalidades, se deram em virtude do predomínio da agricultura de subsistência no estado, nas quais pouco demandavam créditos para investimento, privilegiando apenas melhoramentos de cultivos em detrimento de maior produtividade consequentes de inovação tecnológica. Na pecuária, por sua vez, o predomínio por investimentos se justificava pela necessidade principalmente de formação de pastagens e na compra de reprodutores e matrizes (MONTEIRO, 2002).

Embora predominasse a agricultura de subsistência e a pecuária, a década de 1970 se destaca como um marco histórico de construção de um aparato institucional com papel central do Estado, a fim de promover “ocupação e desenvolvimento” no cerrado, forjado na agricultura moderna. Com efeito, tornava-se necessária a incorporação de políticas públicas de fomento ao agronegócio, à dinamização do mercado de terras e especificamente, políticas de incentivo à ocupação e uso da terra no cerrado piauiense (VILARINHO, 2017; LIMA, 2009; ALVES, 2006; 2001; MONTEIRO, 2002). Para tanto, o crédito era essencial.

Neste sentido, várias políticas foram implementadas, as quais as principais que se destacaram na região do cerrado piauiense foram:

- Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO): Programa proposto no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com vigência entre 1975 e 1979, atuando sobretudo com incorporação de terras do cerrado à dinâmica agrícola, por intermédio de investimentos produtivos, financeiros e incentivos fiscais, corroborando para a expansão da agricultura comercial na região do cerrado.
- Programa de Cooperação Nipo-brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER): Programa criado em 1974 (mas implementado em 1979) a partir de um acordo entre os governos brasileiro e japonês, tendo como principal objetivo o estímulo ao desenvolvimento regional do cerrado através de vários projetos de colonização, na perspectiva de ocupar áreas, ampliar a fronteira agrícolas e aumentar a oferta de alimentos.
- Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR): Plano desenvolvido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1974, através de estímulos a investimentos privados por intermédio da criação de incentivos fiscais e financeiros, com o objetivo de viabilizar a política de desenvolvimento agrícola regional nas linhas de modernização, irrigação e colonização.
- Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET): Foi um plano desenvolvido pela SUDENE também em 1974, atuando junto e com os mesmos objetivos do FINOR.
- Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM): Política desenvolvida desde a década de 1940 a partir da criação da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), atual Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Tem como principal objetivo conferir renda mínima ao produtor e/ou induzir maior produção, bem como instrumento de seguro na forma de redução de riscos ao produtor.
- Política de Crédito Agrícola (PCA): Política instituída na década de 1930, mas que veio a atuar de forma mais consolidada a partir da criação do Crédito Rural, na década de 1960, com o objetivo de melhorar a eficiência produtiva, reduzindo riscos e aumentando produção e produtividade no cerrado.
- Política de Pesquisa Agrícola (PPA): Política de desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao cultivo produtivo e rentável dos solos ácidos e de baixa fertilidade dos cerrados. Em 1975 foi criado o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, hoje Embrapa Cerrados.
- Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementados Associados e Colheitadeiras (MODERFROTA): Programa iniciado no atual século com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), oferecendo crédito com taxa de juros fixas ao ano, com o objetivo de renovação da frota de veículos agrícolas nas fazendas do cerrado.

No Piauí, as principais transformações promovidas pela instituição dos programas, sobretudo de crédito podem ser percebidas na grande extensão das propriedades agrícolas, no baixo preço das terras, na disponibilidade de tecnologias para a exploração da atividade agropecuária, na disposição de mão-de-obra de baixo custo e da abundância de recursos hídricos (MONTEIRO, 2002). Referido cenário culminou numa intensiva atração de produtores de outras regiões do Brasil, principalmente do Sul e Sudeste, mas também do próprio Nordeste, que se deslocaram para a região do cerrado piauiense.



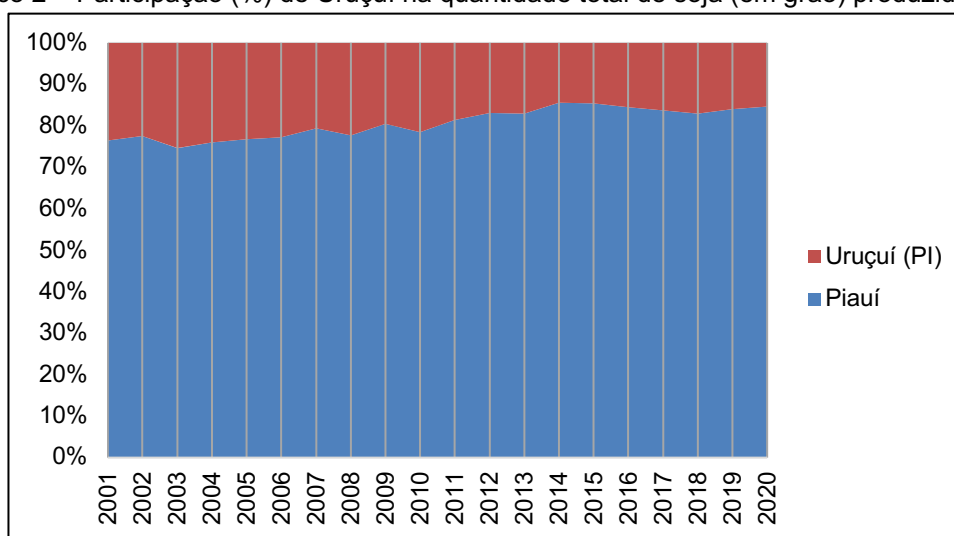
Conforme Lima (2009), o baixo preço das terras foi importante estímulo à atração de produtores, ocupação de fronteira agrícolas, bem como de transformação profunda da dinâmica do mercado de terras no cerrado. Segundo a autora, o processo de concessão de incentivos pode ser, em parte, apontado como responsável pela elevação da área média das propriedades, além de valorizar as terras, uma vez que “as terras compradas a baixo preço e não cadastradas e/ou com cadastro desatualizado fossem recadastradas junto ao INCRA por um valor acima daquele existente” (LIMA, 2009, p. 33).

Em outras palavras (ou nas mesmas predominantes), o crédito destinado do cerrado piauiense tinha beneficiário certo e exclusivo, que eram os grandes estabelecimentos agropecuários. Conforme escreve Santos (1994), inúmeras foram as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais e principalmente os agricultores sem-terra, uma vez que para ter acesso ao crédito, se tinha a exigência do registro legal da terra ou da carta de anuência do proprietário para efetuar as operações de empréstimo.

#### 4. EXPANSÃO DA DO CRÉDITO, DA SOJA E DESESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DO CERRADO PIAUIENSE NO ATUAL SÉCULO

Os dados analisados nesta seção serão referentes ao município de Uruçuí, por ser um dos principais destinos da atuação do crédito rural no estado do Piauí, conseqüentemente, município que se apresentou como um dos principais produtores de soja da região do cerrado no atual século, conforme se evidencia no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Participação (%) de Uruçuí na quantidade total de soja (em grão) produzida no Piauí



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2022a)

O município de Uruçuí é datado de 23 de junho de 1902, pela promulgação da Lei estadual nº 290, elevando-se a distrito o povoado de Nova Vila. A escolha pelo nome se deu por conta da proximidade do rio Uruçuí Preto. Uruçuí possui um território de aproximadamente 8.452,025 km<sup>2</sup>, com limites geopolíticos ao Norte, o estado do Maranhão e dos municípios piauienses de Antônio Almeida, ao Sul, Alvorada Gurguéia e Palmeira do Piauí, ao leste, Landri Sales e Manoel Emídio, a Oeste, Baixa Grande do Ribeiro, Ribeiro Gonçalves e o estado do Maranhão.

Figura 1: Localização do Município de Uruçuí-PI



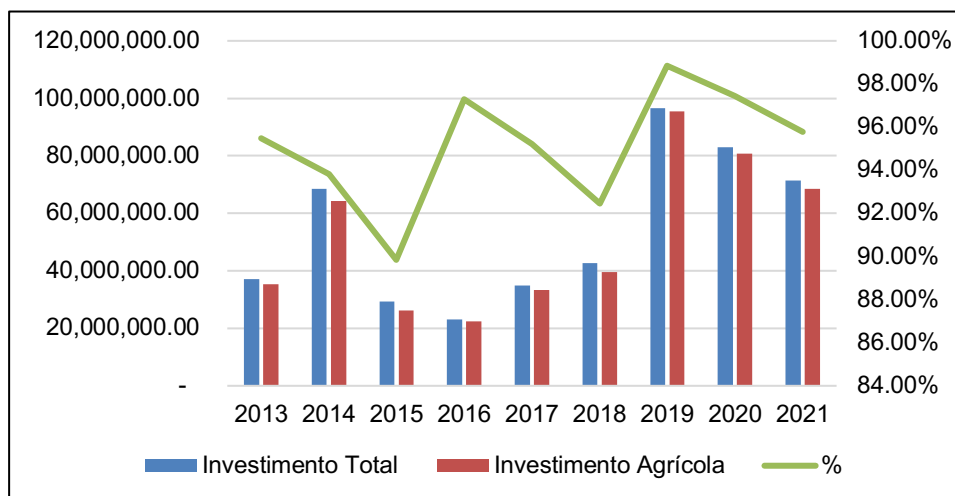
Fonte: Wikipedia<sup>3</sup> (2022)

Segundo Vilarinho *et al.* (2018), evidenciado nos dados do IBGE (2022a; 2022b), a cadeia produtiva da referida região piauiense no recente cenário, destaca-se com a produção de soja, milho, feijão, arroz, milheto, sorgo e algodão, bem como as reservas de minério de ferro, níquel, gás e petróleo; e ainda a pecuária. Entretanto, é a soja a principal *commodity* do agronegócio piauiense, responsável por ter colocado o estado como terceiro maior produtor da região Nordeste (IBGE, 2022b; VILARINHO *et al.*, 2018).

Convém destacar que essa transformação produtiva passa a ditar uma dinâmica diferente no cerrado piauiense, que deixa de ser uma produção agroextrativista, passando a ser determinada pelo aumento da produção de soja e outros grãos, bem como pelo aumento do caráter exploratório dos trabalhadores rurais. Ademais, importa destacar o papel do crédito nesse processo.

O Gráfico 3 nos aponta inicialmente o montante total de investimentos no município de Uruçuí, viabilizados via *Crédito Rural*, obtidos a partir do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor<sup>4</sup>). Referido sistema se destina ao registro das operações de crédito rural concedidos pelas instituições financeiras autorizadas a operar em crédito rural, bem como dos enquadramentos de empreendimentos no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).

Gráfico 3 – Montante de valores (R\$) dos contratos de investimento via Crédito Rural e Proagro em Uruçuí-PI, destinado à atividade agrícola (e seu percentual em relação ao total)



Fonte: Elaboração própria conforme dados do SICOR (BACEN, 2022)

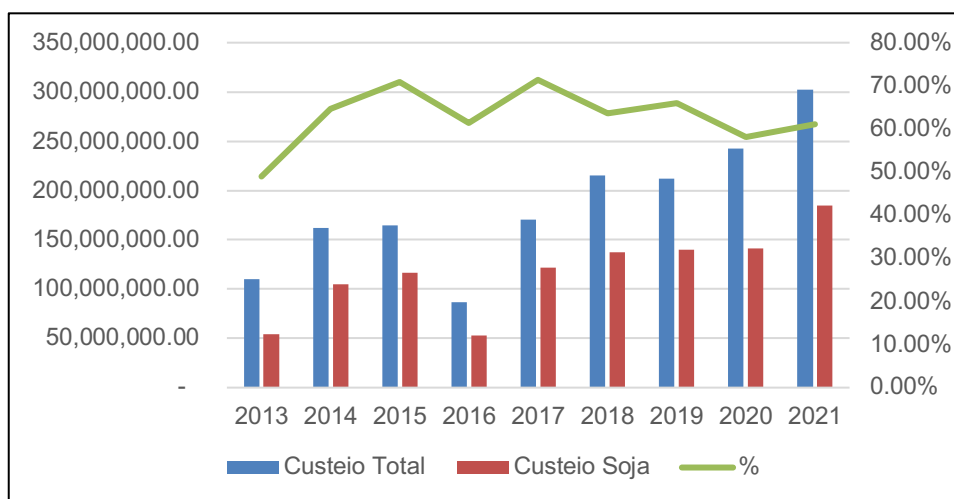
<sup>3</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Uru%C3%A7u%C3%AD>

<sup>4</sup> <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f4891.htm>

Conforme o gráfico, verifica-se a hegemonia da finalidade do crédito rural em referido município, concentrado na atividade agrícola em detrimento da atividade de pecuária, evidenciando o direcionamento do crédito no financiamento do agronegócio.

Não bastasse o predomínio do crédito rural destinado à atividade agrícola quase que exclusivamente, também se observa a concentração deste para a monocultura da soja, corroborando para o processo de homogeneização produtiva da região. No Gráfico 4 observa-se a recente destinação do crédito rural para fins de custeio de referida *commodity*.

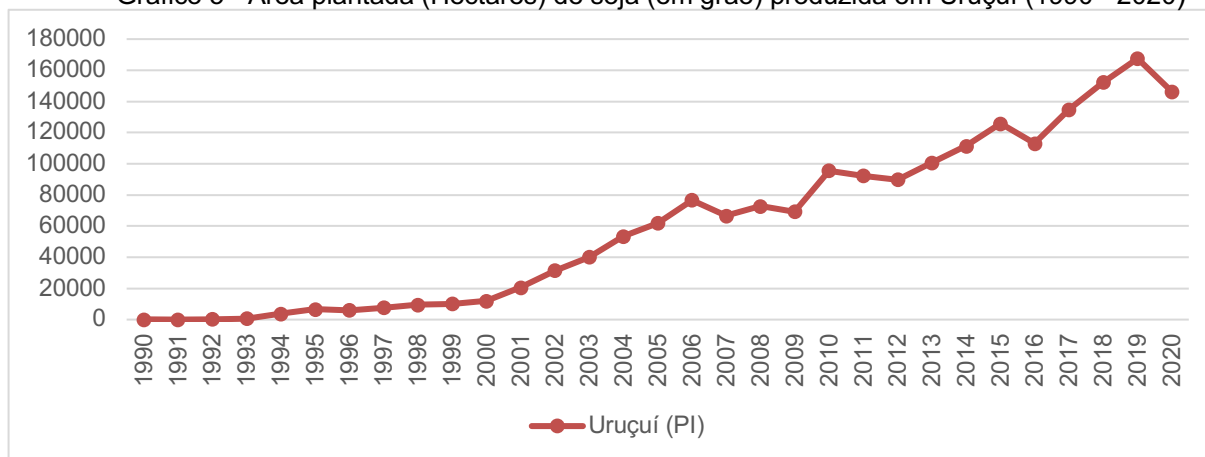
Gráfico 4 – Montante de valores (R\$) dos contratos de custeio via Crédito Rural e Proagro em Uruçuí-PI, destinado à atividade da soja (e seu percentual em relação ao custeio total)



Fonte: Elaboração própria conforme dados do SICOR (BACEN, 2022)

Dessa forma, observa-se que o crédito rural potencializa a monocultura da soja na região, corroborando para a transformação na ocupação e uso das terras, a partir da expansão dos empreendimentos vinculados ao cultivo desta cultura (observado no Gráfico 5), ratificando o caráter migratório de uma agricultura essencialmente familiar, para o modelo agrícola patronal-exportador, já no atual século.

Gráfico 5 - Área plantada (Hectares) de soja (em grão) produzida em Uruçuí (1990 - 2020)

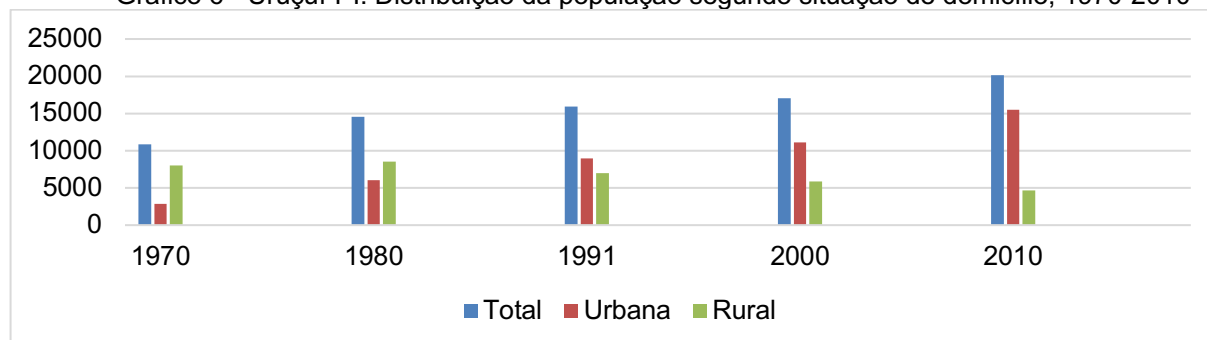


Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2022a)

Outra variável que evidencia a homogeneização da região é a expropriação da população rural é o crescimento demográfico apresentado pela cidade de Uruçuí desde anos 1970 a 2010. Pode-se observar que justamente no momento em que expande o crédito e a produção por meio da expansão agrícola coincide com a diminuição da população que vivia no campo, deixando patente o processo de expropriação do trabalhador rural à medida em que o grande capital se direciona para o cerrado piauiense.

A partir dos anos 1990 a população residente no campo passa a ser inferior à da cidade, conforme evidencia o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Uruçuí-PI: Distribuição da população segundo situação de domicílio, 1970-2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do censo demográfico IBGE (2012).

Enfim, na Tabela 1, verifica-se que a estrutura fundiária dos municípios do cerrado apresenta de modo geral grandes concentrações de terras em posse de um número reduzido de proprietários.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária dos municípios do cerrado piauiense

Municípios	Pequena Propriedade		Média Propriedade		Grande Propriedade		Minifúndios	
	Imóv.	Área *	Imóv.	Área *	Imóv.	Área *	Imóv.	Área *
Bom Jesus	321	56.848	132	82.266	117	693.069	426	10.949
Baixa G. Ribeiro	521	80.761	326	179.710	183	912.710	341	15.753
Ribeiro Gonçalves	321	49.950	193	102.206	98	362.730	202	9.884
<b>Uruçuí</b>	<b>592</b>	<b>104.954</b>	<b>393</b>	<b>227.309</b>	<b>253</b>	<b>902.774</b>	<b>350</b>	<b>13.218</b>
Total	1755	292.513	1044	591.491	651	2.871.283	1319	49.804

Fonte: Elaboração própria com base no Cadastro Rural INCRA/PI (2020).

\* Área em hectares

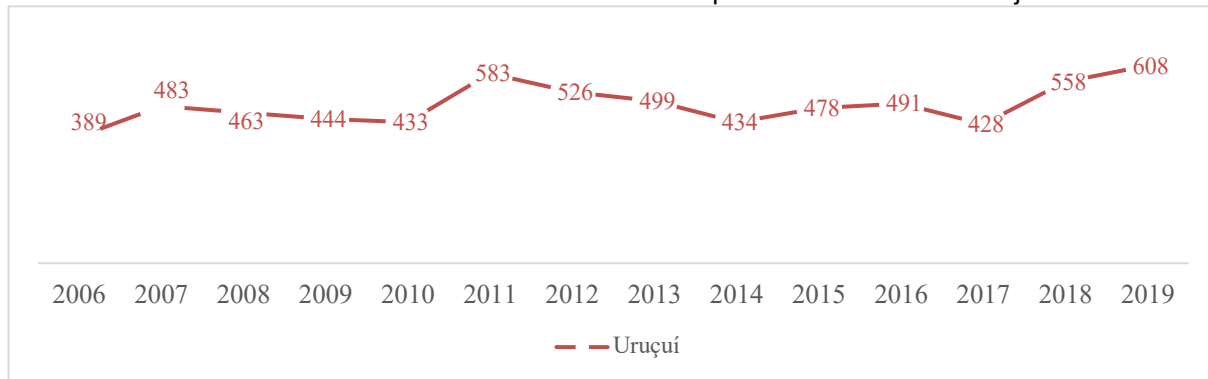
Pela análise dos dados dos quatro referidos municípios do cerrado, verifica-se que as grandes propriedades representam apenas 13,65% de todos os imóveis rurais, no entanto ocupam um percentual de 75,46% da área territorial total, demonstrando a forte influência do agronegócio no mercado de terras na região do cerrado piauiense. Com o exposto, é possível identificar as características fundamentais do processo de uso e ocupação das terras implementados no cerrado piauiense, especificamente no município de Uruçuí a partir da imposição da agricultura moderna na região em detrimento de uma economia nativa essencialmente camponesa, extrativa, de agricultura familiar e de autoabastecimento.

Com a intensificação de modernização agrícola do espaço socioprodutivo piauiense em curso, o trabalhador/produtor rural (de certa forma autônomo e manifestado sobretudo na figura do camponês) necessariamente deveria migrar para a condição de trabalhador assalariado rural. O trabalhador rural e o acesso a sua força de trabalho em comunidades camponesas podem ser acessados de diversas formas. No âmbito da família camponesa e sua racionalidade específica (COSTA, 2012; CHAYANOV, 1924; CHAYANOV, 1974), podemos destacar a domesticidade como FIE e a autarquia como instituição. Em âmbito comunitário, o trabalho extrafamiliar pode ser acessado por inúmeras *práxis* que partem da reciprocidade e da redistribuição como FIE – trocas de diárias, trabalhos coletivos (DE MATOS, 2007; ANDRADE, 2016) e outras. Em nenhuma dessas *práxis* temos o mercado de trabalho como instituição organizadora. Há uma coesão e interdependência entre a organização social comunitária, comportamento (FIE) e as instituições integradoras da economia.

O surgimento do trabalhador assalariado rural na região do cerrado pode ser visualizada com a evolução das formalizações dos vínculos de emprego no subsetor do

cultivo da soja (conforme tabela CNAE 2.0) que se expandiram, especificamente nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, conforme observados no Gráfico 7. Essa dinâmica também demonstra a pressão do mercado de trabalho sobre as fontes de força de trabalho, tornando-se uma forma concorrente às outras instituições mencionadas acima geridas pelas comunidades.

Gráfico 7 – Vínculos formais no setor produtivo de cultivo de soja



Fonte: Elaboração própria com base no ME/CAGED (2022)

Nota: Tabela CNAE 2.0 Subclasse Cultivo da Soja

A princípio, é de se deduzir que geração de emprego e renda deve corroborar para melhoria das condições de vida dos sujeitos alvos desse fenômeno, sejam capitalistas, sejam trabalhadores. Entretanto, a essência do fenômeno de apropriação desigual das riquezas geradas é dissimulada pela aparência dos números que expressam o vigoroso desempenho econômico do agronegócio da soja piauiense. Quando se analisa somente o desempenho dos números (dados em sua aparência) e não se atenta a condição dos seres humanos ali secundarizados (a essência do fenômeno), perde-se de vista essa característica imanente à lógica de expansão capitalista. Perde-se de vista o fato de se tratar de uma dinâmica concentradora e excludente.

Uma retórica de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico para as regiões acompanha e justifica a reorganização capitalista da produção e da reprodução social na região. Porém isso se faz a partir de números sobre quantidade de postos de trabalho criados, sem necessariamente adentrar nos aspectos específicos das relações laborais tais como a precariedade das condições de trabalho e de salários (para não citar outras), resultantes da modernização agrícola.

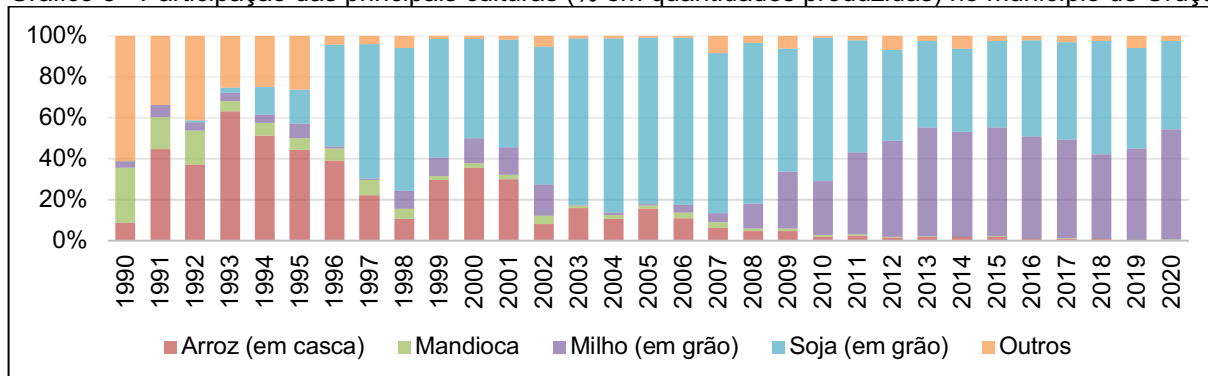
O que se constata na prática é o processo de transição do trabalhador rural informal autônomo, hegemonicamente vinculado à economia extrativista, familiar e diversificada, para um trabalhador assalariado, formal e vinculado a processos produtivos patronais de monoculturas. Tudo se organiza em ritmos/velocidades distintos dos anteriormente verificados, bem como métodos, objetivos e condições de execução de seus trabalhos vinculados agora às necessidades do capital e determinados pelo comércio mundial. Os contingentes de população não absorvidos pelo assalariamento rural e desprovidos da terra necessária para reprodução da vida em comunidade, recorrem à vida nas cidades e ao seu mercado de trabalho para assegurar sua reprodução.

Considerando essa relevante participação do agronegócio da soja no desempenho econômico da região do cerrado no estado do Piauí, outro elemento de análise que se desenvolve neste trabalho busca explicitar a desestruturação da heterogeneidade econômica da região. Com efeito, a década de 1990 se apresenta como uma importante referência histórica que nos permite identificar de forma clara esse processo de transição econômica da região do cerrado.

A partir da intensificação da expansão do agronegócio no cerrado piauiense, os espaços socioprodutivos de Uruçuí, bem como de outros municípios, migraram de uma

economia predominantemente extrativista, baseada principalmente em culturas frutíferas, para uma economia forjada na produção de soja (e mais recentemente aumentando a participação do milho), conforme apresentado no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Participação das principais culturas (% em quantidades produzidas) no município de Uruçuí -PI



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2022a)

Como se observa, a partir da década de 1990 o volume de produção da soja ganha corpo e marca uma transição histórica no modelo produtivo de Uruçuí, que pode ser estendido para boa parte do cerrado piauiense. Observa-se que a região, antes baseada no extrativismo e em culturas mais diversificadas como Abacate, Abacaxi, Algodão arbóreo (em caroço), Banana (cacho), Batata-doce, Cana-de-açúcar, Castanha de caju, Fava (em grão), Feijão (em grão), Laranja, Limão, Mamona, Mandioca, Manga, Melancia, Sorgo (em grão) e Tangerina, conforme IBGE (2022a), dá lugar de forma predominante à monocultura da soja, intensificando-se esse processo no início do atual século.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste trabalho, especificamente a partir dos dados referentes ao município de Uruçuí no cerrado piauiense, apresentam importantes evidências empíricas do processo de territorialização do capital em referida área estudada, apresentando a relação íntima da expansão do crédito rural direcionado ao agronegócio, particularmente convertido em investimento e custeio concentrado na monocultura da soja.

A partir do interesse do capital nas terras do cerrado piauiense viabilizado pelo crédito rural, como plataforma de suporte para a tecnologia empregada na produção de *commodities*, os interesses privados de grupos migrantes e o Estado se apresentaram como principais agentes transformadores. Tais agentes desapropriaram as comunidades de suas terras comuns e seus recursos, iniciando uma mudança institucional que resultou na expansão e domínio do mercado imobiliário rural, mercado de trabalho assalariado e na homogeneização do sistema produtivo, concorrendo para a reprodução e ampliação do capital na região. Ademais, fica patente que o “desenvolvimento agrícola” experimentado pela região foi induzido via Estado, principalmente a partir de programas de fomento para a região, vinculados ao crédito rural direcionado especificamente à agricultura moderna, contestando a ideia de processo “natural/espontâneo”.

Por fim, acredita-se que o presente estudo oferece contribuições teóricas e empíricas, bem como elementos para reflexão acerca da hipótese de que a recente territorialização do capital na região do cerrado do sudoeste piauiense, sob a manifestação da estruturação produtiva imposta via agronegócio, tem concorrido para a desestruturação (em curso) da heterogeneidade e da diversidade econômica experimentada pela região e pelos sujeitos que nela vivem, construída e estabelecida, historicamente.

## REFERÊNCIAS

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2006. 320 p. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_, V. E. L. Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados do sul do Piauí. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 77, p. 7–28, 2001.

ANDRADE, J. P. **Labor e prazer**: a prática e o sentido dos mutirões na comunidade Monte Sião, São Domingos do Capim – PA. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 2016.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Crédito Rural**. 2022. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/creditorural>>. Acesso em: 20 maio 2022.

CEPRO. FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Cerrados piauienses**: estudo e análise de suas potencialidades, impacto da exploração da riqueza sobre a população da região. Teresina: Fundação CEPRO, 2014.

CHAYANOV. V. A. **Teoria dos Sistemas Económicos Não capitalistas** (1924). Disponível: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2018.

\_\_\_\_\_, V. A. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**: teoria e prática no EUA e na Amazônia Brasileira. Belém: NAEA, 2012.

DE MATOS, G. C. G. **A prática do puxirum no plantio da roça**. UNICAMP: X Simpósios Internacionais Processo Civilizador, 2007. Acesso em 28.11.2021. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos\\_PDF/Glaucio\\_de\\_Matos.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais10/Artigos_PDF/Glaucio_de_Matos.pdf).

GERMER, C. M. Dinheiro e dinheiro de crédito no capitalismo avançado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.22, n.1, p. 205-228, 2001.

\_\_\_\_\_, C. M. O sistema de crédito e o capital fictício em Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p. 179-201, 1994.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomass e sistema costeiro-marinho do Brasil**: compatível com a escala 1:250 000 / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019(a).

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019(b). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 abr 2022.



\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 18 abr 2022.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2022a). **Pesquisa Agropecuária Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 abr 2022.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2022b). **Sistema de Contas Regionais**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 abr 2022.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de Análise de Mercado de Terras do Estado do Piauí – RAMT/PI**. Teresina: Superintendência Regional do Estado do Piauí – SR-24, 2020.

LIMA, E. de S. **Aspectos Econômicos, Sociais e Ambientais da Expansão da Soja no Cerrado do Piauí**. 195 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ME. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. 2022. Disponível em < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>.

MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do Cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária**. 227 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

\_\_\_\_\_, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009(a).

\_\_\_\_\_, E. Será que existem camponeses no Brasil? **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009(b).

\_\_\_\_\_, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. (Dossiê). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.

SANTOS, A. de P. S. dos. Dinâmica e problemática do crédito rural no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v.10, n.1, p. 37-60, 1984.

VILARINHO. L. da S. **Capital Social e desenvolvimento no agronegócio no cerrado do Piauí: desafios e potencialidades no município de Uruçuí**. 2002. 237 p. Tese (Doutorado) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente: Universidade Federal do Piauí, 2017.



VILARINHO, L. da S.; LOPES, W. G. R.; MONTEIRO, M. do S. L. Desenvolvimento e capital social no agronegócio do Cerrado do Piauí, Brasil. **R. Technol. Soc.** v.14, n. 30, p. 30-46, jan./abr. 2018.